

VisoGrafia: aprendizagem de língua de sinais escrita no Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Claudio Alves Benassi¹

claudio.benassi@ufmt.br

Sebastiana Almeida Souza²

tianaalmeida@gmail.com

RESUMO:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) com foco na aprendizagem do aluno surdo está configurado em três momentos pedagógicos. No entanto, ante a demanda da aprendizagem de Escrita de Sinais pelo surdo, já desponta uma reconfiguração desse AEE, naquilo que podemos chamar de quarto momento pedagógico. Assim sendo, o presente artigo visa apresentar um levantamento bibliográfico a respeito dessa temática, a partir de discussões iniciadas no projeto de pesquisa “VisoGrafia: aprendizagem de língua de sinais escrita no AEE por meio do quarto momento pedagógico”, além da descrição do sistema VisoGrafia. A fundamentação vem de Silva e Souza, dentre outros. Esperamos ampliar a compreensão da importância da aprendizagem da ELS e as contribuições que o AEE pode dar para a efetivação da alfabetização do surdo em língua de sinais, ampliando as discussões já existentes.

PALAVRA-CHAVE:

Escrita de sinais;
VisoGrafia; Atendimento
Educativo
Especializado (AEE).

¹ Doutor em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso. Formado em Música pela UFMT, especialista em Libras pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Mestre em Cultura Contemporânea. Professor Assistente A do Departamento de Letras da UFMT. Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea.

² Professora doutora. Departamento de Letras. Universidade Federal de Mato Grosso. Graduada em Letras Língua Espanhola e em Pedagogia Educação Especial.

1. Introdução

As pesquisas acadêmicas a respeito da língua de sinais falada por sinalizantes brasileiros, segundo Sabanai (2007), começaram na década de 80, do século passado, na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), por meio do boletim intitulado Grupo de Estudos sobre Linguagem, Educação e Surdez (GELES).

Um dos grandes expoentes da pesquisa acadêmica em língua de sinais no Brasil é a professora Lucinda Ferreira, cuja obra “Por uma gramática da língua de sinais” (2010), além de ser conhecida em todo território nacional, se tornou um livro basilar e “obrigatório” nos estudos linguísticos da área.

Apesar de antes da virada do século já ser muito comum encontrar intérpretes de língua de sinais nas igrejas, e dos muitos movimentos da comunidade sinalizadora reivindicando a inserção e o atendimento dos alunos surdos em língua de sinais, é a partir da sanção da Lei n. 10.436/02, a “Lei da Libras”, que a língua de sinais passa a ter grande atenção por parte da população, sobretudo dos órgãos públicos voltados especificamente para o atendimento ao cidadão, pois, em seu artigo 3º, esta lei obriga aos mesmos e as empresas concessionárias de serviços públicos a atenderem os visuais em sua língua de conforto, ou seja, na língua de sinais.

Porém, em relação aos órgãos públicos, são as instituições educacionais que se tornaram os grandes redutos da língua de sinais, haja vista a criação de cursos livres, extensão, técnicos, graduação, aperfeiçoamento, pós-graduação e de formação contínua nessa área. Tendo em vista o atendimento da comunidade sinalizadora nessas instituições, diversas ações são desenvolvidas no intuito de melhor atendê-la e, ainda, sanar possíveis dificuldades percebidas ao longo desse atendimento.

Na área da Libras, percebe-se que a pesquisa acadêmica é um aspecto que compõe as ações desenvolvidas nas instituições educacionais. Ela contribui para o desenvolvimento da área e também para sanar problemas oriundos da recepção desse público. Apesar de existir uma grande preocupação em relação ao surdo e com o seu processo de aprendizagem³, alguns aspectos dessa área não são amplamente explorados.

³ O termo aprendizagem é utilizado levando em consideração a perspectiva de que, para acontecer, ela implica no ensino, ainda que este não seja formal.

Um deles, sem dúvida alguma, é a aplicação da Escrita de Língua de Sinais (de agora em diante ELS), na aprendizagem e no desenvolvimento acadêmico dos surdos. Apesar da grande importância para a formação cognitiva do surdo, como veremos em momento oportuno, a ELS ainda é uma ilustre desconhecida na educação, uma vez que esta prioriza a alfabetização em Segunda Língua (L2), ou seja, o ensino de escrita e leitura do Português, relegando a aprendizagem de escrita e leitura da língua de sinais a pouco casos, que, em sua maioria, são decorrentes de projetos de pesquisa (BENASSI, 2017; 2019).

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo compartilhar saberes sobre os sistemas de ELS que circulam no Brasil; detalhar tecnicamente o sistema de ELS VisoGrafia; tecer breves considerações sobre o Atendimento Educacional Especializado (doravante AEE) e seus momentos pedagógicos na forma “tradicional”; explicitar o quarto momento pedagógico como um possível cronotopo (espaço-tempo) para a aprendizagem de ELS, além de refletir sobre sua importância para a formação cognitiva do surdo.

O presente estudo é de cunho bibliográfico e incorpora o pensamento teórico dos pesquisadores Silva (2013), Leite (2016; 2017), Souza (2018) e Benassi (2016), no que tange a inserção da ELS no AEE; Souza (2016), em relação ao AEE e Benassi (2017, 2019), no que diz respeito à ELS, entre outros autores que fundamentam essa reflexão. O artigo conta ainda, com a fundamentação advinda de leis e decretos, cujas disposições podem fundamentar a inserção da aprendizagem de ELS no AEE.

2. Os sistemas de escrita de língua de sinais que circulam no Brasil

A ELS não é um recurso gráfico recente. O primeiro sistema foi completamente desenvolvido pelo professor/pesquisador guadalupenho Roch Ambroise Auguste Bébien (1789-1839), que acreditava que uma grafia da língua de sinais contribuiria para o desenvolvimento cognitivo pleno do surdo. Segundo Benassi (2019, p. 99), o livro intitulado *Mimographie*, no qual Bébien trata do seu sistema de ELS, foi publicado em 1825. Segundo Aguiar e Chauße (2015, p. 05), esse sistema contava com 190 grafemas, escritos da esquerda para a direita. Em sua maioria, símbolos “icônicos”.

Figura 01 – Escrita de sinais Mimographie, de Bébien

Caractères de la Main.				Caractères des diverses parties de la Tête et du Corps.		Points Physiologiques	
1	2	3	4	5	6	7	

Fonte: Benassi (2019)

Muitos são os sistemas de ELS desenvolvidos no mundo. Benassi (2019) cita pelo menos 10 desses sistemas. No Brasil, atualmente, circulam quatro sistemas de escrita de sinais: o *Sign Writing* (doravante SW); a Escrita das Línguas de Sinais (ELiS); o Sistema de Escrita de Língua de Sinais (SEL) e a VisoGrafia (VG).

O SW foi criado por Valerie Sutton, na Dinamarca em 1974. Esse sistema chegou ao Brasil em 1996, através do trabalho do professor Antônio Carlos da Rocha Costa, do Instituto de Informática da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mas se tornou conhecido graças à pesquisa da professora Marianne Stumpf (BENASSI, 2019, p. 111).

Um estudo considerado denso, pois, além do exacerbado detalhamento do registro da informação linguística, possui cerca de 982 caracteres (STUMPF, 2005, p. 155). Disto resulta não ter se fixado na educação do surdo. A ELiS criada pela professora Mariângela Estelita Barros (UFG)⁴ tem base alfabética, conforme a própria autora (BARROS, 2015). Assim, a ELiS implementa um visograma (alfabeto) de apenas 95 visografemas (letras). Embora a ELiS seja um sistema de ELS com poucos caracteres, também não tem se fixado em virtude do nível abstracional do mesmo.

Tabela 01 - Demonstrativo das escritas de sinais que circulam no Brasil. Em tela, o sinalema VER escrita pelos quatro sistemas existentes no país.

Escrita do Sinalema VER			
SW	ELiS	SEL	VG

Fonte: elaborado pelo autor.

⁴ Universidade Federal de Goiás.

A SEL é uma ELS criada pela professora Adriana Stela Cardoso Lessa de Oliveira (UESB)⁵, em abril de 2009. Segundo a autora, em maio de 2011, chegou-se a uma versão satisfatória (LESSA DE OLIVEIRA, 2012, p. 150). Conforme ela afirma, a ideia original era elaborar um sistema de ELS alfabético, no entanto, o sistema desenvolvido é logográfico (ideográfico) por, na concepção da pesquisadora, ser mais econômico. Este também não se fixa por ser altamente abstrato (BENASSI, 2019, p. 127). A VG será apresentada mais detalhadamente no próximo tópico.

3. VisoGrafia: a escrita de língua de sinais de “tchapa e cruz”

A VisoGrafia é um sistema de ELS alfabético, ou seja, grafa as mínimas partes da língua de sinais, logo, grafa as unidades parêmicas⁶. Foi desenvolvida em 2016, pelo professor Claudio Alves Benassi (UFMT)⁷. Sua estrutura básica é composta por um visograma (alfabeto) de 37 visografemas (letras), sendo, portanto, o sistema que tem o menor número de caracteres (BENASSI, 2017, 2019). Ainda que somemos aos visografemas os 45 diacríticos⁸ do sistema, o resultado de 82 caracteres seria menor que a quantidade de visografemas da ELiS, que, além das 95 letras, também implementa alguns diacríticos.

Tabela 02 – Demonstrativo do visograma (alfabeto) da VisoGrafia

1a)	. < (Móvel - - \ /)
1b)	. 7 7 (Móvel - \)
2)	■ □ ■ (Móvel - ■ ■ ■)
3)	○ ∥ (Móvel - ∥ ∏) — L ■ □
4a)	↑ ↓ ↕ ↑ (Móvel - ↑ ↓ → ← ↗ ↖ ↘ ↙) ↕ (Móvel - ↕ ↔) ∩ ∪ ∩ ∪
4b)	∨ ∆ ∇ 7 7 W ∩ ∩ L (Móvel L L L) L L L

Fonte: Benassi (2019)

⁵ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁶ Relacionado à parêma. Corresponde ao fonema nas línguas orais.

⁷ Universidade Federal de Mato Grosso.

⁸ Espécie de acento gráfico utilizado nas ELS para complementar uma informação que se quer grafar.

O sistema foi desenvolvido a partir das bases visuais do SW e da base alfabética da ELIS, e teve início durante a pesquisa doutoral, que teve como abordagem metodológica, um contexto de ação-experimental, no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da UFMT, em 2016. Com apenas 18 regras grafotáticas, a VisoGrafia. Assim sendo, descreve-se a seguir alguns passos do processo da pesquisa que resultou no novo sistema de ES.

Inicialmente, a VisoGrafia foi aplicada na aprendizagem em um curso de extensão oferecido pelo Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O curso foi frequentado por alunos visuais e ouvintes que convencionaram o sistema. Seguindo esse processo de aplicação, a VisoGrafia foi ensinada em duas disciplinas sobre “Escrita de Sinais”, de cursos de Licenciatura em Libras: um semipresencial e outro presencial.

Esses produziram dados que além dos dados apontarem para a viabilidade da aprendizagem, nas duas disciplinas, durante a segunda aula os alunos surdos e ouvintes escreveram e leram sinalemas⁹. Numa das disciplinas (a mais extensa), na oitava aula os acadêmicos escreveram textos.

Essas aplicações possibilitaram a primeira etapa de alterações no sistema. A segunda, compreendeu alterações implementadas a partir de discussões em grupo em rede social e, também, em um curso de extensão no projeto “Laboratório de Aprendizagem Avançada – LAA”, coordenado pela professora Sebastiana Almeida Souza.

Em 2017 publicamos o livro “O despertar para o outro: entre as escritas de línguas de sinais”, que contem apontamentos gerais sobre a ELS e os primórdios da VisoGrafia, além de uma série de artigos. Nesse livro, o sistema estava ainda em constituição. Contudo, no ano seguinte, o sistema já estava completamente estruturado, e, em março de 2019, com a conclusão e defesa da pesquisa doutoral, o mesmo é definitivamente dado ao mundo.

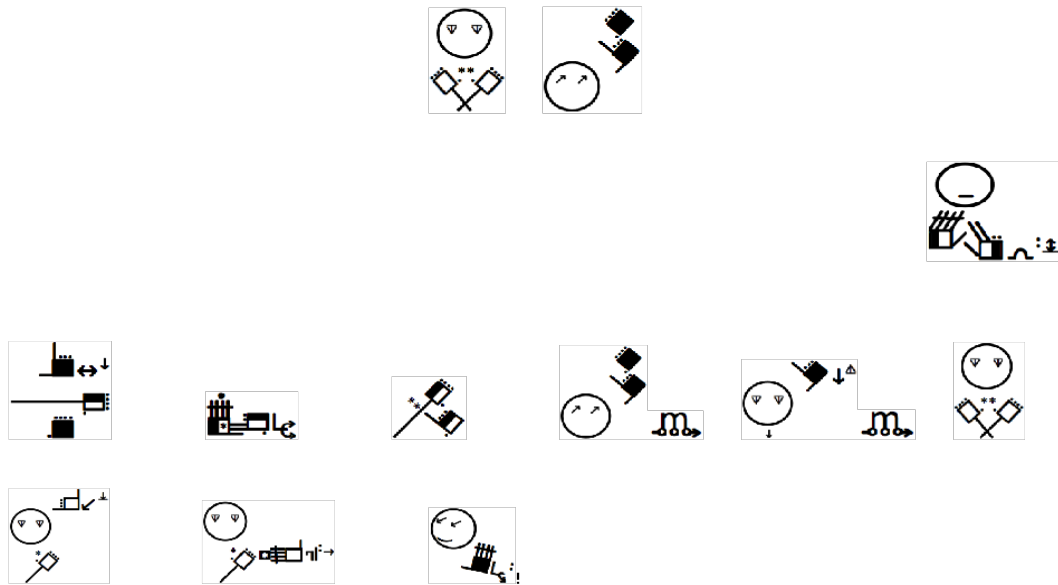
Além de registrar gêneros textuais simples, os do cotidiano e o saber, sobretudo os que circulam na academia, a ELS registra também a arte¹⁰. Esses dados foram obtidos na fase experimental da pesquisa. Nela, o poema (a seguir) foi composto em língua de sinais, a partir da contemplação do pôr do sol, e grafado pela VisoGrafia. O registro desse querer

⁹ Relativo ao item lexical da língua de sinais, que é divisível em parâmetros e esses, por sua vez, em paremas: a mínima parte de um parâmetro.

¹⁰ A VisoGrafia, por sua vez, vem sendo utilizada para a grafia dos resumos de artigos publicados pelas revistas Diálogos (RevDia) e Falange Miúda (ReFaMi).

dizer artístico prova a viabilidade da grafia da língua de sinais por esse sistema, como também a aplicabilidade da ELS no registro da arte e do saber, como pode se comprovar na imagem a seguir.

Figura 02 – Poema “O abraço do sol” (2017), de Cao Benassi.



Fonte: acervo do autor.

Tradução aproximada:

O abraço do sol

Cao Benassi

O por do sol é o momento em que o sol me abraça e carinhosamente me diz adeus!

4. Breve defesa do ensino de escrita de sinais

Apesar de desacreditada, a escrita de sinais é uma tecnologia importante para os usuários da língua de sinais, uma vez que permite aos mesmos, como afirma Nobre (2011) e também Barreto e Barreto (2012), uma comunicação escrita fluente, o que não acontece na Segunda Língua (L2), a língua portuguesa. Dentre os muitos benefícios que a escrita de sinais lhes proporciona, cita-se o fato de que a mesma colabora para elevação do status social da língua de sinais, no momento que o surdo mostra que tem uma escrita própria.

Segundo Stumpf (2005), a escrita de sinais instrumentaliza o pensamento “verticalizando-o”, proporcionando assim ao usuário da língua de sinais, mais profundidade

em suas reflexões. Benassi (2019_a), afirma com base nas postulações de Vygotsky (2007; 2008), que a aprendizagem da escrita de sinais, contribui para a formação da cognição do surdo, fomentando acesso pleno a um nível de representação simbólica superior.

Vale ressaltar que a escrita de sinais possibilita o registro gráfico do universo cultural do usuário da língua de sinais em todos os seus domínios¹¹, ou seja, domínio do conhecimento, da ética e da estética. Na área da literatura sinalizada, muitas produções são transcritas e registradas em língua portuguesa, apesar do registro em vídeo. Muitas ainda são produzidas ou coproduzidas espontânea e improvisadamente.

Dessa forma, cada performer¹², a partir de um dado mote, (re)elabora as ideias anteriores do autor. Com a escrita de sinais, podemos registrar a produção para posteridade, e, com isso, preservar o querer dizer do autor. Ficam em aberto apenas as valorações ideológicas que o performer queira imprimir sobre a obra.

5. O atendimento educacional especializado: breves apontamentos

Segundo Souza (2016, p. 112-113) e Silva (2013, p. 903-904), atualmente, o AEE, cujo foco está centrado na aprendizagem do sujeito surdo, se organiza em três momentos pedagógicos específicos. Garantido por meio do Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, o AEE é, portanto, obrigatório.

No primeiro momento, o estudante surdo receberá o AEE para a aprendizagem de Libras. Caso não tenha tido acesso à língua de sinais, será oportunizada a sua inserção nesta corrente linguística, na qual se desenvolverá cognitiva e subjetivamente. E, se o acadêmico surdo já estiver inserido na língua de sinais, o mesmo receberá auxílio pedagógico para aprimorar e ampliar seu léxico e conhecimento linguístico.

No segundo momento, o estudante surdo, no AEE, terá acesso ao ensino em Libras. Este ensino, segundo as autoras, será das demais disciplinas, ou seja, uma espécie de reforço pedagógico, que tem como principal objetivo, prestar auxílio pedagógico em Libras para o aluno surdo, colaborando significativamente para o seu desenvolvimento acadêmico, relativo aos conteúdos das diversas disciplinas que compõem o currículo escolar.

¹¹ Na concepção de Bakhtin, a cultura é formada por três domínios: conhecimento que está para a ciência; ética que está para o cotidiano e; estética que está para a arte.

¹² Aquele que recita, que performatiza o poema.

No terceiro momento, ao aluno surdo será oferecido a aprendizagem de Língua Portuguesa como Segunda Língua (L2), em sua modalidade escrita. Aqui, o estudante surdo receberá todo auxílio pedagógico necessário para que possa desenvolver o conhecimento tanto linguístico-lexical quanto gramatical/teórico da sua L2.

É aconselhável que todo esse conhecimento seja mediado de forma bilíngue e por diaglossia, ou seja, um ensino que envolva competências e desempenho nas duas línguas e um processo no qual as línguas através das quais se desenvolve a aprendizagem atuem de forma complementar, respectivamente (SLONSKI, [2010] 2019, p. 46-47).

5.1. O quarto momento pedagógico: a aprendizagem da escrita de língua de sinais em foco

Silva (2013) relata uma experiência bem-sucedida de aprendizagem de ELS por surdos, no AEE – apesar de que, naquela escola, como em muitas outras, a comunidade escolar não conhecesse essa modalidade de escrita (p. 908). Para a autora, “o ensino da ELS nos atendimentos do AEE significa um regaste da valoração pela qual a cultura e a língua surdas vem lutando há muito tempo, como parte de um processo que é de responsabilidade das escolas.”

Para Leite (2016) corroborando Silva (2013), é no AEE que deve ser ensinada a ELS. Para a autora, esse tempo-espço, que já comporta outros aspectos da educação do surdo, deve ser reconfigurado para apresentar um quarto momento pedagógico, e nele se alfabetize esse aluno em sua Primeira Língua (L1), isto é, se ensine a ler e a escrever a Libras.

Para Silva, o registro da língua de sinais oferece ao surdo subsídios para que futuramente ele aprenda a Língua Portuguesa. A autora vê esse aspecto como sendo muito importante socialmente (SILVA, 2013, p. 913). Sobre a importância da aprendizagem dessa modalidade de escrita, a autora afirma:

A ELS não proporciona apenas o registro de atividades limitadas à sala de aula, mas permite uma reflexão sobre a língua que os sujeitos surdos em geral não tem acesso, uma vez que realizam os registros, na maioria das escolas de inclusão ou mesmo escolas de surdos, em língua portuguesa, ou seja, ele não desenvolvem uma crítica em relação aos próprios elementos linguísticos da língua de sinais (SILVA, 2013, p. 915).

Além desse aspecto, Benassi (2019, p. 28-39), com base nos pressupostos vygotiskyano, aponta como principal justificativa para a aprendizagem da ELS, a formação das estruturas superiores da mente. Vygotsky (2008, p. 123) considera que ao aprender a escrever a criança substitui palavras por imagens de palavras, com isso se desliga do aspecto sensorial da fala.

Para o autor (VYGOTSKY, 2008, p. 123), o mínimo desenvolvimento da linguagem escrita exige um alto nível de abstração. Lev Semyonovich Vygotsky considera que, ao aprender a escrever, a criança substitui as palavras por imagens de palavras, com isso, se desliga do aspecto sensorial da fala. Para o autor:

[...] Uma fala apenas imaginada, que exige a simbolização de imagem sonora por meio de signos escritos (isto é, um segundo grau de representação simbólica), deve ser naturalmente muito mais difícil para a criança do que a fala oral, assim como a álgebra é mais difícil do que a aritmética (*op. cit.*)

Trazendo o postulado para a língua de sinais, a criança que aprende a escrever somente a L2 está substituindo sinalemas por imagens que representam, não os sinalemas que a mesma utiliza para constituir enunciados linguísticos, mas sim palavras de uma língua oral que a mesma não tem pleno acesso. A escrita que a mesma utiliza simboliza, através de signos escritos, uma imagem sonora e não uma imagem surdo com a qual está habituada, contrariando sua natureza linguística visual-espacial.

A escrita é para o autor uma fala sem interlocutor, na qual o destinatário da mesma é uma pessoa ausente ou imaginária. É neste aspecto que a escrita se torna mais difícil que a fala: além de lidar com um nível de representação simbólica mais profundo, o destinatário da mesma é ausente, idealizado, logo: abstrato. Portanto, o indivíduo que somente sinaliza não acessa com profundidade a realidade simbólica. Para Vygotsky:

A escrita também exige um ação analítica deliberada por parte da criança. Na fala, a criança mal tem consciência dos sons que emite e está bastante inconsciente das operações mentais que executa. Na escrita, ela tem que tomar conhecimento da estrutura sonora de cada palavra, dissecá-la e reproduzi-la em símbolos alfabéticos, que devem ser estudados e memorizados antes (2008, p. 124)

Ora, a escrita exige, por parte do escrevente, uma maior operacionalização mental que a fala. Aplicando na língua de sinais, o sinalizador, na sinalização, não tem plena

consciência dos paremas, ou seja, dos elementos visuais que emite, também não tem plena consciência das operações mentais que executa. Isso fica claro nas aulas de paremologia (fonologia) da língua de sinais, ministradas por mim, nas quais pude perceber que os visuais não conseguiam dissecar os sinalemas que utilizavam em sua comunicação linguística, tampouco tinham consciência da estrutura dos mesmos, não compreendendo assim as regras que regem a própria língua de sinais.

Para Benassi (2019), uma criança surda que só tenha aprendido a escrever a Língua Portuguesa substitui sinalemas não por imagens sinalemas com os quais está habituada a se comunicar, mas por imagens da língua oral, língua essa que a mesma não tem acesso pleno. Para o autor, a escrita utilizada não simboliza sua língua: os signos escritos representam imagens sonoras e não imagens visuais, o que contraria sua natureza linguística espaço-visual.

Assim sendo, poder-se-ia afirmar que a criança surda que não tem acesso à escrita de sinais não tem acesso ao que o Vygotsky chamou de **segundo grau de representação simbólica** na e da língua de sinais. A sinalização (fala na língua de sinais), é, ao que dá a entender, o posicionamento vygotskyano, o primeiro grau de representação simbólica, sendo a escrita de sinais e não da língua portuguesa, portanto, o segundo nível de representação simbólica (BENASSI, 2019, p. 32. Grifos do autor).

Como visto, na concepção do autor, a criança surda que não tem acesso à ELS não forma plenamente as estruturas superiores da sua mente. Noutras palavras, seu cognitivo é formado com inúmeras lacunas que dificilmente serão sanadas ao longo de sua vida.

A respeito do ensino de gramática, Vygotsky pontua que a mesma é de grande importância para o desenvolvimento mental da criança (*op. cit.*, p. 125). Como a criança surda chega à escola, em muitos dos casos, sem ter adquirido plenamente a língua de sinais, ela será então inserida na corrente ininterrupta da linguagem sinalizada.

Na aprendizagem da modalidade escrita da língua portuguesa (língua que a mesma não tem acesso pleno), e sua gramática, não tendo acesso à aprendizagem da escrita e da gramática de sua própria língua, fato que, ao meu ver, compromete seu desenvolvimento cognitivo, pois, como afirma Vygotsky (*op. cit.*), aprender a gramática – e também a escrita de é importante para o desenvolvimento mental da criança.

Assim sendo, é de extrema importância repensar a estrutura do AEE. Trazendo a experiência de Silva (2013) e os apontamentos sobre o ensino de ELS e formação pedagógica

bilíngue de Leite (2016; 2017; 2018), que defendem a inserção do ensino de ES no AEE, que permitirá o processo de alfabetização em ES do alunado surdo, Ambas as pesquisadoras nos oferece bases para afirmar que o AEE é o espaço-tempo para a aprendizagem de ELS, por meio do quarto momento pedagógico.

Dada a importância dessa modalidade de escrita não apenas para o registro de informações cotidianas, mas também para o registro da arte, da cultura, do conhecimento e do saber, como também da contribuição para a formação das estruturas superiores da mente, com isso elevando a representação simbólica da fala do surdo para um nível superior, é necessário que nos sensibilizemos para atender essa demanda oriunda das necessidades de desenvolvimento cognitivo e acadêmico do sujeito surdo.

6. Considerações finais

Como vimos, a promulgação da Lei da Libras implicou numa corrida em busca de formação na área da Libras, para que se cumprisse os seus dispositivos legais, pelo menos na educação. Da inserção da Libras no currículo escolar surge então a inclusão do alunado surdo na escola, tanto nas instituições de ensino básico quanto naquelas que se dedicam ao ensino superior. Apesar desse aspecto figurar como positivo, outros ficam praticamente intocados e desconhecidos do grande público, como é o caso da ELS, em que muitos profissionais da Libras, ainda afirmam que a língua de sinais é ágrafa.

Vários são os sistemas de ELS criados ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Três são os sistemas desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, no intuito de sanar as demandas da alfabetização dos surdos em Libras escrita. Em relação à aprendizagem dessa modalidade de escrita, acredita-se que o currículo escolar não comportaria uma disciplina de ELS. Assim sendo, o AEE que recebe o alunado surdo, no qual já estão inseridos os três momentos pedagógicos “tradicionais”, deve ser reconfigurado para oferecer à comunidade escolar a aprendizagem da ELS.

Esperamos que essa discussão possa fomentar não só no acadêmico, como também no profissional da Libras, o interesse pela ELS. Hoje, é considerável o número de pesquisas sobre essa temática em todo território nacional, portanto, nada mais justifica a indiferença da comunidade sinalizadora, especialmente do acadêmico surdo, que, “tradicionalmente”,

chega ao curso de Letras-Libras de nossa universidade, sem saber escrever e ler a escrita de sinais.

Aguardamos o dia em que os matriculados nas disciplinas de ELS possam aprimorar seus conhecimentos na produção gênero-textual da Libras escrita e não apenas iniciar um processo de aprendizagem de escrita e leitura.

Referências

AGUIAR, T. C.; CHAIBUE, K. Histórico das Escritas de Línguas de Sinais. **Revista Virtual de Cultura Surda**. Petrópolis, Edição n. 15, mar. 2015. Disponível em http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes. Acesso em 20 de out. 2015.

BARROS, M. E. **ELIS – Escrita das Línguas de Sinais**: proposta teórica e verificação prática. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de comunicação e expressão. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

BENASSI, C. A. Formação de docentes de Escrita das Línguas de Sinais (ELIS). **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, v. 1, n. 1, jun.: Saberes discentes: a Libras na formação docente, 2016.

_____. **O despertar para o outro**: entre as escritas de língua de sinais. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

_____. **VisoGrafia**: o problema do conteúdo, material e forma na escrita de sinais. 2019. 336 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

_____. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CAMPELLO, A. R. e S. **Língua Brasileira de Sinais**. Indaial: UNIASSELVI, 2011.

FERREIRA, L. **Por uma gramática da língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2010.

LEITE, M. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais: a Pedagogia bilíngue. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**, Cuiabá, v. 1, n. 1, jun., 2016.

_____. Formação de docentes de Libras para a educação infantil e séries iniciais: a Pedagogia numa perspectiva bilíngue. **Revista Diálogos (RevDia)**, Cuiabá, v. 4, n. 1, jan./jun.: Libras e suas interfaces, 2017.

_____. Pedagogia bilíngue – Libras/Língua Portuguesa: currículo e formação docente. **Revista Diálogos (RevDia)**, Cuiabá, v. 6, n. 1, jan./abr.: Educação, inclusão e Libras, 2018.

LESSA DE OLIVEIRA, A. S. C. Libras escrita: o desafio de representar uma língua tridimensional por um sistema de escrita linear. **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012.

SABANAI, L. N. A evolução da comunicação entre e com surdos no Brasil. **HELB** – Revista do Ensino de Línguas no Brasil. Ano 1, n. 1, jan. 2007. Disponível em <<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/92-a-evolucao-da-comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil>>. Acesso em 06 jul. 2019.

SILVA, E. V. de L. A escrita da língua de sinais na escola inclusiva através do AEE. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, VIII, 2013, Londrina. **Anais eletrônicos do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**, Londrina: ABPEE, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT01-2013/AT01-083.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

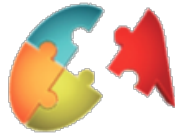
SLOMSKI, V. G. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas**. Curitiba: Juruá Editora, [2010] 2019.

SOUZA, S. A. Eu e o outro: constituição e aprendizagem, uma viagem interacionista e dialógica para a aprendizagem do sujeito visual. **Revista Diálogos (RevDia)**, Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 105-119, jan./jun. 2016.

_____. A escrita da língua de sinais na esfera do atendimento educacional especializado: possibilidades de aprendizagem. **Revista Falange Miúda (ReFaMi)**. Cuiabá: v. 3, n. 1, p. 22-36, jan./jun.: Saberes discentes: a Libras e suas interfaces, entre outros. 2018

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita da língua de sinais pelo sistema Sign Writing: línguas de sinais no papel e no computador**. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Centro Interdisciplinar de Novas tecnologias na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica José Cipolla Nelo. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008. – (Psicologia e pedagogia).



VisoGraphy: learning of the written sign language in the Specialized Educational Assistance (AEE)

ABSTRACT:

The Specialized Educational Assistance (AEE) focusing on the deaf student learning is configured into three pedagogical moments. However, given the demand of Sign Writing Language learning by the deaf student, reconfiguration of this AEE is emerging, in what we can call the fourth pedagogical moment. Thus, this article aims to present a bibliographic survey about this theme, from discussions initiated in the research project “VisoGraphy: learning of the SignWriting language in the AEE through the fourth pedagogical moment”, besides the description of the ELS VisoGraphy system. The theoretical foundation comes from studies by Silva, and Souza among others. We hope to increase the understanding of the Sign Writing Language learning and the contributions that the AEE can give to the deaf student literacy achievement, widening existing discussions.

KEYWORDS:

Deaf sign language;
VisoGraphy;
Specialized
Educational
Assistance (AEE).